

CONTAS PÚBLICAS

Governo seguirá pagando caro para financiar os buracos criados por despesas que crescem em ritmo mais acelerado do que a receita

Rombo fiscal no radar até 2030

» ROSANA HESSEL

A pesar de o arcabouço fiscal ter como centro da meta um superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) de R\$ 34,3 bilhões, o equivalente a 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), as contas públicas devem seguir no vermelho, pelo menos, até 2030, pelas projeções da Tendências Consultoria, uma das mais otimistas do mercado.

Analistas ouvidos lembram que os gastos obrigatórios aumentam além do limite de 2,5% acima da inflação da regra fiscal. É o caso, por exemplo, dos benefícios previdenciários, que cresceram 4% no acumulado de janeiro a novembro de 2025, impulsionados pelo reajuste real do salário mínimo. Mas outras despesas cresceram muito mais, como sentenças judiciais. (Ver quadro)

Logo, o governo precisará fazer um ajuste fiscal de cerca de 2,5% do PIB para as contas públicas voltarem para o azul, alertam os especialistas. Segundo eles, essa será a fatura das “bondades” concedidas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela, aliás, já vem sendo cobrada pelo mercado financeiro — maior credor da dívida pública — e está na necessidade de financiamento do setor público. E isso é visto pelo tamanho do deficit nominal — a soma do rombo fiscal com a conta de juros — de R\$ 1,027 trilhão no acumulado em 12 meses até novembro que é coberto com a emissão de títulos públicos remunerados, em grande parte, pela taxa básica da economia (Selic), que está no maior patamar desde 2006, de 15% ao ano.

Pelas estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI), somente em 2033 as contas públicas voltarão para o azul. Logo, a dívida

pública bruta seguirá crescendo, pelo menos, até 2035, quando alcançará 117,7% do PIB, no cenário base da IFI, considerando algum ajuste fiscal no período. Diretor da IFI, Alexandre Andrade apontou vários problemas no arcabouço fiscal além dos abatimentos da meta. Ele lembra que apenas os gastos com o Bolsa Família aumentaram de 0,5% do PIB, em 2022, para 1,5% do PIB, no atual governo, e não existe contrapartida para essa nova despesa permanente, como é previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo Andrade, o fato de o governo ter conseguido tirar a totalidade dos pagamentos dos precatórios da regra do arcabouço fiscal dá um fôlego para o arcabouço fiscal, mas não reduz os riscos de aumento da dívida pública, que deverá ultrapassar 100% do PIB em 2031, no cenário base. Pelas contas da IFI, para conseguir estabilizar a dívida pública bruta, o governo precisará fazer um ajuste para entregar um superávit em torno de 2,5% do PIB.

O economista-chefe do Asa, Jeferson Bittencourt, reforça a preocupação com a dívida pública bruta avançando para mais de 80% do PIB neste ano por conta desse desequilíbrio fiscal. Ele considera que o arcabouço nasceu muito ruim, porque faz um ajuste muito gradual e não consegue estabilizar a dívida pública no prazo necessário. "Para o governo conseguir chegar a um resultado que estabilize a dívida pública serão necessários 12 anos e, nesse período, a dívida continuará crescendo", afirma. Segundo o ex-secretário do Tesouro, o governo precisará de um superávit primário de 2% a 2,5% do PIB para conseguir estabilizar a dívida pública. Bittencourt lembra que o fato de o governo passar a perseguir o piso da meta em vez do centro da meta

Acima do teto

Um dos motivos para o governo não conseguir cumprir a meta fiscal é que o limite de 2,5% para aumento real das despesas obrigatórias segue sendo quebrado na maioria dos gastos primários, segundo especialistas



Pacífico/CB/D.A Press

Dados acumulados de Janeiro a Novembro

Despesas	Acumulado em 2025 (Em R\$ bilhões)	Varição em relação ao mesmo período de 2024 (Valor descontado o IPCA)
Benefícios Previdenciários	957,0	4,0%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	40,5	54,7%
Pessoal e Encargos Sociais	360,3	3,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	9,5	124,9%
Outras Despesas Obrigatórias	363,5	5,6%
Abono e Seguro Desemprego	84,1	3,7%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	4,7	160,4%
Benefícios de Prestação Continuada da Loas/RMV	118,1	9,5%
Fundeb - Complementação da União	55,6	20,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	41,9	15,1%
Subsídios, Subvenções e Proagro	21,7	33,2%
Impacto Primário do Fies	2,0	38,6%
Discrecionárias	171,3	4,6%
Despesa total	2.191,3	3,4%

Fontes: Banco Central, Tendências Consultoria, Instituição Fiscal Independente (IFI) e Tesouro Nacional

só contribuiu para piorar o quadro das contas públicas.

A economista e consultora Zeina Latif, da Gibraltar Consultoria, ressalta que a regra do arcabouço não consegue reduzir o aumento dos gastos públicos sem um ajuste

nas despesas obrigatórias, pois ficou muito a dever nessa discussão das reformas estruturais. Ela recorda que não se amadureceu a discussão da reforma administrativa e, como a última reforma da Previdência não foi completa,

deixando de fora os militares, o debate público sobre contenção de despesas no Congresso é meramente simbólico. "Temos um problema, neste ano, de um governo politicamente fraco que não conseguiu conter pautas-bombas

Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal

Informativo do mercado imobiliário

Brasília-DF, 16/01/2026

Mercado imobiliário do DF consolida-se como motor de desenvolvimento de Águas Claras

O mercado imobiliário de Águas Claras, uma das regiões mais dinâmicas do Distrito Federal, se consolidou como um dos principais vetores de crescimento urbano legalizado da capital. Planejada para ser uma cidade moderna, verticalizada e bem estruturada, tornou-se um polo de valorização imobiliária, atraindo investidores, construtoras e novos moradores em busca de qualidade de vida, mobilidade e infraestrutura completa.

O avanço do mercado de imóveis na região foi essencial para alavancar esse desenvolvimento. A atuação de incorporadoras e construtoras contribuiu para o ordenamento urbano, expansão de serviços e a valorização dos espaços públicos. A criação de empregos diretos e indiretos na construção civil, a arrecadação de tributos e a atração de comércio e serviços também fortalecem o ecossistema econômico de Águas Claras. O resultado é uma cidade cada vez mais autossuficiente, com

ampla oferta de lazer, saúde, educação e transporte.

Por outro lado, a rápida expansão do bairro também trouxe desafios, como o adensamento populacional e a pressão sobre o trânsito e serviços públicos. Nesse contexto, a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI DF) destaca o papel fundamental que o setor exerce ao planejar empreendimentos que dialoguem com a infraestrutura existente e contribuam para a sustentabilidade urbana, estimulando avanços que levem à mais qualidade de vida para o cidadão.

O mercado imobiliário não é apenas o motor de crescimento de Águas Claras, mas o principal agente de um desenvolvimento urbano equilibrado, seguro e duradouro. Mais do que isso, é uma prova de que a ocupação ordenada e o planejamento estimulam o desenvolvimento econômico sustentável e beneficiam a população.

SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B - Guará - Brasília/DF - Fone: (61) 3328-7597

E-mail: ademidf@ademidf.com.br

Acompanhe: [@ademidf](http://www.ademidf.com.br)

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

O Estado está nu

No decisivo ano de eleições que vão definir como o país mudará a direção para não ser apenas uma prenda das titãs que redesenham a geopolítica pela força bruta e eliminam setores econômicos graças às inovações tecnológicas, o escândalo do tamborete Master serve, ao menos, para expor a contaminação das instituições da República e despreparo de suas lideranças num quadro de avanços disruptivos.

Não é a sordidez dos personagens envolvidos e o esforço bizarro que movem para ocultar as relações escabrosas com empresários de trapaceiras a granel o que importa. Se não forem cerceados, Banco Central (BC) e Polícia Federal (PF) podem cuidar deles todos, ainda que alguns se vistam de autoridade para tentar evadir-se do escrutínio legal, policial e moral.

Os eventos desde a véspera do Natal e recorrentes, cada vez mais estarrecedores, demonstram, de forma cabal, que a ordem jurídica e política, conforme os parâmetros constitucionais, está rompida e não tem como continuar. O acúmulo de disfunções constitucionais, que vem de longe, precisa ser faxinado para que um programa eficaz de transformações necessárias possa ser devidamente implantado.

Já estamos atrasados, já que o ano eleitoral corre a pleno vapor com apenas a candidatura à reeleição na praça, enquanto a oposição tergiversa entre as pretensões da família Bolsonaro e um quadro de governadores bem avaliados e sem a nódoa de golpistas condenados. Espera-se uma campanha em que propostas sejam apresentadas não só como promessa, que nenhum candidato a presidente pode fazer, e, se o fizer, está vendendo o que não pode entregar, se a sua coligação não conseguir ser majoritária na Câmara e no Senado.

Maiorias de ocasião, formadas a posteriori, como têm sido

desde 2002, explicam grande parte da corrupção institucionalizada, pois implicam tanto o fracionamento partidário, com legendas de aluguel e mesmo dono, quanto a entrega de nacos do setor público a lobbies políticos e econômicos especializados em minerar fundos fiscais.

O que, hoje, sabe-se sobre as extravagâncias bilionárias do que não passa de um banquinho operando em nome próprio e de terceiros mais próximos à ilegalidade que a negócios respeitáveis é subproduto da falta de governança e de instituições capturadas por especialidades. É isso que precisará ser sanado antes que a campanha eleitoral ganhe ritmo e vire uma rinha de acusações e não de programas.

Política do perde-perde

O modelo mal denominado de presidencialismo de coalizão funcionou até que o Congresso se rebelou contra o pagamento de emendas à Lei Orçamentária condicionado à aprovação de projetos de interesse do governante e de seu partido. Essa “coisa” não surgiu do acaso.

Sob risco de impeachment, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) cedeu os anéis para ficar com os dedos, entregando ao tal Centrão a gestão de um naco fiscal sob a guarda das direções do Congresso — vulgo “orçamento secreto”. E o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ao perceber que já não funcionava mais seu canto de se-rei, tem tudo a perder no Supremo Tribunal Federal (STF) para ao menos dar alguma racionalidade ao rastreo e aplicação dos dinheiros das emendas ao Orçamento.

Nada disso tem algo de razoabilidade, já que a cada avanço de um poder constitucional sobre o outro, entre Executivo, Congresso e Judiciário expresso pelo STF, a balança não volta ao equilíbrio. A parte lesada encolhe, enquanto cresce a outra, e assim estamos num jogo perde-perde para o contribuinte, não para a elite do Estado.

e não conteve aumento de gastos permanentes, tanto no Congresso quanto no Judiciário, porque o espírito da LRF não está sendo respeitado pelos Três Poderes”, alerta.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, elogia a atuação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que deixará a pasta no próximo mês, porque ele aprovou “uma série de medidas importantes, inclusive, do lado dos gastos”, mas o Congresso não levou adiante.

Nota da Fazenda

Ao ser questionado sobre o aumento expressivo de despesas e do cumprimento das regras do arcabouço por meio de abatimentos de gastos, o Ministério da Fazenda, por meio de nota, afirma que o déficit primário acumulado no terceiro mandato de Lula até novembro, de -1,06% do PIB, “é menor do que o acumulado dos governos anteriores, nas gestões de Michel Temer (MDB), de Jair Bolsonaro, de -2,43% do PIB”.

De acordo com a pasta chefiada por Haddad, “os limites do arcabouço fiscal seguem sendo cumpridos, assim como as projeções para os anos seguintes estão alinhadas com o cumprimento desses limites”, e o resultado primário está “em plena trajetória de melhora”.

E, em relação ao déficit nominal, de R\$ 1,027 trilhão até novembro, a pasta atribui aos juros como “fator determinante atualmente para a magnitude e crescimento do déficit nominal, já que o déficit primário está em trajetória de consolidação fiscal, em queda desde 2024”. Ainda destaca que, em 2026, a meta é de resultado primário positivo, e haverá melhora fiscal neste ano, assim como na conjuntura macroeconômica.